

Requerimento de Sessão 244/2026

Protocolo 44078 Envio em 13/08/2026 23:17:25

Requer informações detalhadas sobre as medidas saneadoras adotadas em resposta aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), os motivos da inscrição do município no CADIN e as estratégias do Executivo para evitar novas suspensões de serviços públicos.

Excelentíssimo Senhor

FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações detalhadas sobre as medidas saneadoras adotadas em resposta aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), os motivos da inscrição do município no CADIN e as estratégias do Executivo para evitar novas suspensões de serviços públicos, para as respostas das questões:

1. Quais foram as medidas administrativas e de gestão efetivamente implementadas para atender às correções de rotina exigidas em apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) no parecer que condicionou a última aprovação das contas municipais?
2. Qual é o motivo oficial e específico que levou à inscrição do município de Paraguaçu Paulista no CADIN, e quais são os impactos financeiros e operacionais atuais dessa restrição para a administração? Que providências já foram adotadas para sanar essa questão?
3. Quais convênios, repasses de recursos estaduais ou federais e linhas de crédito estão atualmente bloqueados em decorrência dessa inscrição no cadastro de inadimplentes?
4. Existe um cronograma detalhado para a regularização das pendências que levaram à inscrição no CADIN, e qual é a previsão para a saída do município desse cadastro?
5. Considerando o decreto de contenção de despesas do final de 2025/início de 2026, qual é o estado atual do equilíbrio fiscal do município? Houve, de fato, a recuperação das contas projetada à época?
6. Que garantias a atual gestão oferece à população e aos servidores públicos de que não haverá novos decretos de suspensão de serviços ou redução de atividades essenciais neste exercício de 2026? E quais ações foram planejadas e estão sendo executadas para isso?
7. A administração realizou uma revisão do planejamento orçamentário para o restante do ano visando priorizar o atendimento à população e o pagamento dos vencimentos dos servidores, evitando o colapso de rotinas administrativas? Explique o que foi planejado e executado.

JUSTIFICATIVA

O município de Paraguaçu Paulista enfrenta um período de profunda instabilidade administrativa, agravado por um decreto de contenção de despesas que resultou, em meses anteriores, na suspensão de serviços essenciais à população. Somado a isso, os apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo indicam falhas estruturais na gestão que necessitam de correções urgentes para a conformidade legal. A recente inscrição do município no CADIN representa um agravante crítico, pois bloqueia o acesso a novos recursos e inviabiliza investimentos necessários para a melhoria da infraestrutura e dos serviços oferecidos aos cidadãos.

A situação atual exige do Poder Executivo transparência absoluta e uma postura proativa, visto que a população e os servidores não podem ser os únicos a suportar o ônus de uma gestão que enfrenta dificuldades em equilibrar suas contas. A continuidade de serviços básicos depende diretamente da capacidade do município em sanear suas rotinas administrativas e remover as restrições que hoje travam o desenvolvimento da cidade. A omissão ou a falta de clareza sobre o plano de recuperação reforçam o sentimento de insegurança social e a descontinuidade das políticas públicas.

Portanto, este requerimento busca interpelar o governo municipal sobre o *status* real da saúde financeira de Paraguaçu Paulista. É fundamental que a sociedade tome conhecimento das ações que estão sendo tomadas para reverter o quadro de inadimplência junto aos órgãos de controle e, principalmente, que o Executivo apresente um compromisso formal com a manutenção dos serviços públicos, garantindo que o ajuste fiscal não seja feito à custa da desassistência da população e do sacrifício dos servidores municipais.

Palácio Legislativo Água Grande, 13 de agosto de 2026.

DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO
Vereador

